

**HABEAS CORPUS Nº 542.631 - SP (2019/0324422-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO  
**ADVOGADO** : RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO - SP0399407  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ENEAS LOURENCO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de ENEAS LOURENCO DA SILVA, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente foi denunciado pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão sem ementa.

Dáí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, ante o alegado excesso de prazo para a formação da culpa, sustentando, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, o relaxamento da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa, prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida às fls. 48-49.

As informações foram prestadas às fls. 55-58.

O Ministério Público Federal, às fls. 60-61, manifestou-se pela prejudicialidade do **writ**, em parecer assim ementado:

*"HABEAS CORPUS IMPETRADO COMO SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. Preventiva. Alegado excesso de prazo para formação da culpa. Revogação da prisão preventiva no curso do processo. Perda superveniente de objeto da impetração. Parecer pela decretação de prejudicialidade do habeas corpus" (fl. 60).*

É o relatório.

**Decido.**

O pedido está prejudicado.

Segundo informações prestadas pelo d. juízo de origem, colacionadas às fls. 55-58, verifica-se **a revogação da prisão preventiva do paciente, em 19/11/2019**, com aplicação de medidas cautelares substitutivas.

Nesse contexto, verifico que o presente **habeas corpus** perdeu o objeto, uma vez que já atingida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus**.

P. e I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator